



# SEAAC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO.

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE ADVOGADOS E DE ADVOGADOS AUTÔNOMOS 2021/2023

### CLÁUSULAS A SEREM INSERIDAS NA CONVENÇÃO COLETIVA

#### DIA DO PROFISSIONAL EAA

Em homenagem ao dia do profissional EAA (Empregados de Agentes Autônomos do setor de serviços), instituído pela Lei 12.790/13, dia 30 de outubro, será concedido ao empregado da categoria uma indenização correspondente a 1/30 (um, trinta avos), de sua remuneração mensal pertinente ao mês de outubro, a ser pago juntamente com o salário do mês referido.

#### COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL

As entidades laborais signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho, conforme Assembleia Geral da categoria, com fundamento no princípio da representação obrigatória de toda a categoria e da solidariedade retributiva, conforme art. 513, letra "e" da CLT e verbetes 325, 326 e 327 da CLS/OIT, estipulam que os empregados abrangidos pelo presente instrumento e que não efetuaram o pagamento da Contribuição Assistencial, independentemente de filiação, deverão arcar compulsoriamente com uma cota de participação negocial, visando cobrir os gastos e garantir a manutenção dos direitos coletivos abrangidos pelo instrumento normativo, nos seguintes moldes:

**Parágrafo primeiro:** As empresas ficam obrigadas a descontar de todos os seus empregados, filiados ou não à entidade sindical profissional, e independentemente de oposição, a cota de participação negocial que consistirá em 02 (duas) parcelas, cada qual no importe de 3,0% (três por cento) nos salários dos meses de agosto e setembro de cada ano, com recolhimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto. Os admitidos após a data-base sofrerão o desconto no mês subsequente ao da admissão;

**Parágrafo segundo:** As empresas remeterão ao Sindicato Profissional cópia da guia de recolhimento, juntamente com a relação de empregados que deram motivo ao referido desconto, nos termos previsto neste instrumento;

**Parágrafo terceiro:** As empresas que não promoverem o desconto e respectivo repasse à entidade profissional arcarão com uma multa pelo descumprimento conforme prevê a cláusula penal, sem prejuízo da negativação do nome da empresa junto aos órgãos do serviço de proteção ao crédito e adoção das medidas judiciais cabíveis por parte das entidades signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

#### ULTRATIVIDADE DA CONVENÇÃO COLETIVA

Com o objetivo de adequar as Negociações Coletivas a Legislação vigente, em especial à Prevalência do Negociado sobre o Legislado, previsto na Reforma Trabalhista através da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, pactuam as partes a Celebração do presente Instrumento Coletivo de Trabalho da Categoria que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo expostas e na falta de renovação do presente instrumento coletivo aplicar-se-á o PRINCÍPIO DA ULTRATIVIDADE, pelo prazo que persistirem as negociações/entendimentos.

#### EMPREGADOS EM TELETRABALHO

Aos empregados submetidos ao regime de teletrabalho, fica garantida a aplicação integral da presente norma coletiva, inclusive o vale alimentação/vale refeição, ficando vedada eventual diferenciação entre os empregados submetidos ao regime presencial.

**Parágrafo único:** As empresas serão responsáveis pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos, pela manutenção e por toda infraestrutura necessária e adequada à prestação de teletrabalho, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado.

### CLÁUSULAS COM ALTERAÇÕES MANTIDAS NA CONVENÇÃO COLETIVA

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE

Fica mantida a data-base 1º de agosto e o presente instrumento vigorará pelo período de 01 (um) ano de 1º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022, para as cláusulas de natureza econômica e por 02 (dois) anos de 1º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2023, para as cláusulas sociais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PISO SALARIAL

Fica estabelecido como piso salarial a partir de 1º de agosto de 2021, independentemente da idade a importância não inferior a: R\$ 1.640,00 (um mil e seiscentos e quarenta reais) mensais.



## SEAAC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO.

### CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE SALARIAL

Os salários de agosto de 2020, assim considerados os resultantes da aplicação da norma coletiva deste mesmo ano, serão reajustados, na data-base 1º de agosto de 2021, em 12% (doze por cento).

**Parágrafo Único** – Sobre os salários já reajustados pelo índice previsto nesta cláusula, incidirá reajuste de 2,0% (dois por cento), a título de aumento real, bem como para valorização da categoria.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Para cada biênio de tempo de serviço na mesma Sociedade o empregado fará jus a um adicional de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o piso salarial. A contagem dos biênios tem início a partir de 01/02/92.

**Parágrafo Primeiro:** Empregado e empregador, visando privilegiar postos de trabalho de longos anos, desde que haja consenso entre ambos, poderão transacionar o benefício previsto no “caput”, mediante pagamento de indenização.

**Parágrafo segundo:** A indenização prevista no parágrafo imediatamente anterior será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) vezes o valor mensal percebido pelo empregado a título de adicional por tempo de serviço, calculado nos termos do disposto no “caput” e deverá ser paga de uma única vez, até 30 (trinta) dias após a manifestação de vontade das partes.

**Parágrafo terceiro:** Dado o caráter indenizatório de que se reveste o valor pago a título de transação do adicional por tempo de serviço não servirá de base para cálculo de quaisquer ônus ou encargos, inclusive FGTS, INSS e IRRF.

**Parágrafo quarto:** Uma vez tenha o empregado optado pela substituição do adicional por tempo de serviço e recebido à indenização respectiva, não mais fará jus a tal verba.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA – VALE-REFEIÇÃO

As empresa fornecerão ticket-refeição ou ticket-alimentação, em quantidade suficiente a contemplar todos os dias trabalhados durante o mês, inclusive nas férias, licença maternidade, auxílios previdenciários e demais ausências justificadas do contrato de trabalho, no valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais), que será atualizado na data-base.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas pagarão o vale refeição/alimentação até o último dia útil do mês imediatamente anterior àquele ao qual se refere o benefício.

**Parágrafo Segundo:** A forma de pagamento deste, fornecimento de tickets, somente poderá sofrer alterações se houver negociação direta com o Sindicato Profissional.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que fornecem o cartão refeição ou alimentação em valores superiores ao aqui estabelecido deverão, na data-base, aplicar sobre esses valores o percentual estabelecido pela respectiva cláusula de reajuste salarial deste instrumento.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – CLÁUSULA PENAL

Em caso de descumprimento do estatuído na presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas pagarão multa, por empregado e por mês de atraso, no valor de 10% (dez por cento) sobre o salário nominal do empregado prejudicado, limitado a multa a dois pisos salariais estabelecido neste instrumento, sendo paga na seguinte divisão: 50% (cinquenta por cento) a favor do empregado prejudicado e 50% (cinquenta por cento) em favor do SEAAC (Sindicato dos Empregados).

### CLÁUSULAS SEM ALTERAÇÕES A SEREM MANTIDAS NA CONVENÇÃO COLETIVA

### CLÁUSULA SEGUNDA – BENEFICIÁRIOS

Serão abrangidos pelo presente instrumento todos os empregados das SOCIEDADES DE ADVOGADOS, excetuados aqueles com enquadramento sindical diferenciado, instaladas e funcionando na base territorial do Sindicato Profissional Conveniente, nos municípios da Região de São José dos Campos: Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Guararema, Igaratá, Ilha Bela, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, São Sebastião e Ubatuba.

### CLÁUSULA QUINTA – DATA DE PAGAMENTO

Os salários deverão ser pagos até, no máximo, dia 05 (cinco) do mês subsequente ao mês de referência.

**Parágrafo Único:** As Sociedades que fizerem pagamentos de salários através de Bancos localizados num raio superior a 1 km de distância do local de trabalho garantirão aos empregados intervalo remunerado durante a jornada de trabalho para permitir o recebimento. Esse intervalo não poderá coincidir com aquele destinado a



# SEAAC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO.

repouso e alimentação. O empregado terá, igualmente, tempo livre remunerado suficiente para o recebimento do PIS e benefícios previdenciários.

## CLÁUSULA SEXTA – COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As Sociedades de Advogados fornecerão aos seus empregados comprovantes de todos e quaisquer pagamentos a eles feitos, contendo a discriminação da Sociedade de Advogados, do empregado, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, nos quais deverá haver a indicação da parcela relativa ao FGTS.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR

As Sociedades de Advogados somente poderão descontar o DSR na justa proporção de 1/7 (um sete avos) por dia de ausência injustificada.

## CLÁUSULA OITAVA – DESCONTOS VEDADOS

Salvo em caso de dolo comprovado, as sociedades de Advogados não poderá descontar dos salários dos empregados os prejuízos que vier a sofrer em razão de roubo, furto ou acidentes que envolverem bens da Sociedade de Advogados ou de terceiros.

## CLÁUSULA NONA – SALÁRIOS COMPOSTOS

Para os empregados que percebem salários compostos (fixo mais parcela variável), o cálculo da parte variável, para efeito de pagamento de férias, gratificação natalina e verbas rescisórias, deverá ser feito tomando-se a média aritmética das parcelas variáveis recebidas pelo empregado nos últimos doze meses, atualizadas para o mês do pagamento, mês a mês, pelo respectivo IPC/FIPE.

**Parágrafo Único:** O cálculo da média das horas extras e do adicional noturno deverá ser feito pelo número de horas realizadas nos últimos doze meses e não pelos valores.

## CLÁUSULA DÉCIMA – SALÁRIO DO PROMOVIDO

Promovido empregado para cargo de outro que tenha sido demitido, transferido, aposentado, falecido ou que tenha pedido demissão, ser-lhe-á garantido salário igual ao do empregado sucedido, excetuadas vantagens de âmbito pessoal.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FICHA FINANCEIRA

As Sociedades de Advogados deverão preencher os Atestados de Afastamento e Salários e as Relações de Salários de Contribuições, nos seguintes prazos máximos:

**Parágrafo primeiro:** Para fins de auxílio doença: 48h00 (quarenta e oito horas);

**Parágrafo segundo:** Para fins de aposentadoria: 10 (dez) dias.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

A primeira parcela do 13º salário deverá ser paga até, no máximo, 30 de novembro, salvo se o empregado iniciar férias anuais antes desta data, hipótese em que o pagamento deverá ser feito juntamente com o relativo às férias, independentemente de ter solicitado no mês de janeiro.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Para os empregados admitidos até 31 de julho de 2007, o pagamento das férias, exclusivamente quando gozadas, será acrescido de uma gratificação equivalente a 12,5 % (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento) sobre o salário base mensal do empregado.

**Parágrafo Primeiro:** Para fazer jus ao direito previsto no "caput" o empregado deverá contar, à época da concessão das férias, com no mínimo 5 (cinco) anos de tempo de serviço na mesma Sociedade de Advogados, contados a partir de 1/02/1991.

**Parágrafo Segundo:** A gratificação de que trata a presente cláusula não será somada ao salário para efeito do abono pecuniário previsto no Art. 143 da CLT e no abono de férias de 1/3 (um terço) previsto no item XVII do Art. 7º da Constituição Federal, nem se confundirá com este último que continua devido.

**Parágrafo Terceiro:** Esta gratificação não integrará o salário do empregado para qualquer efeito.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GRATIFICAÇÃO POR APOSENTADORIA

Aos empregados com mais de 05 (cinco) anos na mesma Sociedade de Advogados e que se desligarem por motivo de aposentadoria, as Sociedades concederão uma gratificação no valor de 80% (oitenta por cento) de seu salário nominal mensal, juntamente com as verbas rescisórias.

**Parágrafo Único:** As Sociedades de Advogados que mantenham planos de aposentadoria privada que garantam, na situação prevista no "caput", ganho superior a 80% do salário nominal do empregado, ficam desobrigadas do pagamento da gratificação prevista nesta cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

**Parágrafo Primeiro:** 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora ordinária;

**Parágrafo Segundo:** Na hipótese de prestação de jornada extraordinária aos domingos, feriados ou dias já compensados o adicional será de 100% (cem por cento), sobre o valor da hora ordinária;

**Parágrafo Terceiro:** Deverá ser observado pelas Sociedades de Advogados o limite máximo de que trata o art. 59 da CLT.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO**

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, décimo-terceiro salário, descansos semanais remunerados e verbas rescisórias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno será remunerado com o adicional de 30% (trinta por cento) com relação ao trabalho diurno, sem prejuízo da redução horária estabelecida em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – COMISSÃO DE SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA**

Em caso de substituição temporária, o empregado substituto receberá, desde o primeiro dia e enquanto perdurar a situação, uma comissão de substituição em valor igual à diferença entre seu salário e o salário base do substituído. Não haverá integração dessa comissão no salário após o término da temporada. Não se considera substituição o período de férias.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS**

Nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados, em sistema vigente desde dezembro de 1994, fica estipulado nesta Convenção Coletiva de Trabalho, em prevalência à peculiaridade de cada Sociedade de Advogados que estabelecerá com seus empregados, um Plano de Participação escrito, com regras claras e objetivas. Os Planos serão negociados entre cada Sociedade de Advogados e a comissão escolhida pelos seus empregados, integrada, ainda, por um representante indicado pelo Sindicato dos Empregados. Os Planos celebrados deverão ser levados a arquivo perante as Entidades Sindicais.

**Parágrafo Primeiro:** Como forma de estimular a implementação do previsto no "caput", as Entidades Sindicais convenientes disponibilizarão modelos de acordos de PLR.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VALE TRANSPORTE**

As Sociedades de Advogados são obrigadas a fornecer vale transporte em número igual ao de viagens que o empregado efetue diariamente entre sua residência e local de trabalho e vice-versa.

**Parágrafo Primeiro:** Entende-se por viagem a soma dos segmentos componentes do deslocamento do empregado por um ou mais meios de transporte.

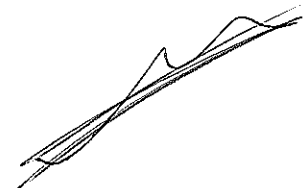
**Parágrafo Segundo:** Para receber o vale transporte, o empregado informará, por escrito, à Sociedade de Advogados, o endereço residencial e meio de transporte utilizado para deslocamento de sua residência ao trabalho e vice-versa.

**Parágrafo Terceiro:** As Sociedades de Advogados descontarão no máximo 6% (seis por cento) do salário base do empregado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As Sociedades de Advogados com mais de 17 (dezessete) empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por ocasião da data-base, fornecerão aos seus empregados, assistência médica hospitalar através de convênio firmado com empresas especializadas desvinculado da remuneração.

**Parágrafo Único:** Os empregados poderão ter descontado do salário até 20% (vinte por cento), do valor total individual do plano de assistência médica hospitalar recebida.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – AUXÍLIO AO TRABALHADOR COM FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

As Sociedades de Advogados reembolsarão a seus empregados que tenham filhos com necessidades especiais, em uma única parcela anual, mediante a exibição de comprovantes, a importância de, pelo menos, 1 (um) piso salarial da categoria, correspondente às despesas realizadas para o custeio de tratamento e/ ou aquisição de equipamentos especiais.

**Parágrafo Único:** Dado o caráter indenizatório de que se reveste a verba prevista no "caput", sobre a mesma não incidirão tributos ou encargos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

Ao empregado afastado pela Previdência Social, a Sociedade de Advogados complementarará a partir do 16º (décimo-sexto) dia de afastamento até o limite de 150 (centésimo-quinquagésimo) dia de afastamento, o benefício percebido por este da Previdência Social, no valor da diferença entre 80% (oitenta por cento), de seu salário nominal e o benefício recebido, limitado ao teto do salário de contribuição.

**Parágrafo Primeiro:** Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a Sociedade de Advogados pagará apenas 50% (cinquenta por cento), do seu salário nominal, entre o 16º (décimo-sexto) e o 60º (sexagésimo) dia de afastamento, limitado esse auxílio ao teto do salário-de-contribuição;

**Parágrafo Segundo:** Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação será feita com base em valores estimados; eventuais diferenças serão objeto de compensação no pagamento imediatamente posterior;

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer juntamente com o dos demais empregados;

**Parágrafo Quarto:** A complementação abrange, inclusive, o 13º salário.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento de empregado, durante o curso do Contrato de Trabalho, ainda que suspenso ou interrompido, a Sociedade de Advogados concederá um pecúlio funeral correspondente ao salário nominal do empregado à época do óbito, pagamento este que será feito aos mesmos beneficiários habilitados para receber as verbas rescisórias.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – REEMBOLSO CRECHE**

As Sociedades de Advogados reembolsarão mensalmente as suas empregadas-mães, para cada filho de até 6 (seis) anos de idade, a importância limitada a 40% (quarenta por cento) do piso salarial, condicionado a comprovação nominal dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

**Parágrafo Primeiro:** Será concedido o benefício na forma do "caput" aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, detenham a guarda do filho, desde que comprovado através de ofício expedido por Juiz competente;

**Parágrafo Segundo:** O benefício previsto no "caput" será igualmente devido na hipótese do beneficiário do direito preferir a contratação de babá para a guarda da prole, condicionado o reembolso à comprovação do registro da empregada como "babá" ou "pajem" e à apresentação dos respectivos recibos de pagamento;

**Parágrafo Terceiro:** O direito ao benefício de que cuida a presente cláusula, relativamente a cada filho, inicia-se com o término da licença maternidade.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – PROMOÇÕES**

A cada promoção corresponderá elevação real de salário de, no mínimo, 15% (quinze por cento), sendo esta devida a partir do primeiro dia de assunção das novas atribuições.

**Parágrafo Único:** Entende-se por promoção a alteração não temporária, de cargo e função que represente maior responsabilidade e novas atribuições ao empregado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – CARTEIRA DE TRABALHO - ANOTAÇÕES**

A CTPS recebida para anotações deverá ser devolvida ao empregado em prazo máximo de 48h00 (quarenta e oito horas); a entrega de quaisquer documentos a Sociedade de Advogados deverá ser feita mediante recibo.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato experimental terá duração máxima de 60 (sessenta) dias, sendo vedado sua adoção no caso de readmissões, para os mesmos cargos ocupados anteriormente.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – CONTRATOS A TERMO**

Os contratos por prazo determinado não poderão exceder a 12 meses.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CARTA DE REFERÊNCIA**

As Sociedades de Advogados, nas rescisões contratuais sem justa causa ou conclusão de contrato por atingimento de termo final, desde que solicitadas, darão aos ex-empregados uma carta de referência.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – AVISO PRÉVIO E INDENIZAÇÃO ESPECIAL**

Nas rescisões contratuais de iniciativa das Sociedades de Advogados, os empregados terão direito a um acréscimo em valor ao aviso prévio, a título de indenização especial correspondente a 6,67% (seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), de seu salário nominal, para cada ano completo de trabalho na mesma Sociedade, sem prejuízo dos 30 (trinta) dias, do aviso prévio.

**Parágrafo Primeiro:** Aos empregados que contarem no mínimo com 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 05 (cinco) anos na mesma Sociedade de Advogados, fica assegurado aviso prévio de 48 (quarenta e oito) dias;

**Parágrafo Segundo:** A indenização especial prevista na cláusula no parágrafo primeiro não é cumulativa com a indenização prevista no “caput” desta cláusula, prevalecendo o que for mais vantajoso ao empregado;

**Parágrafo Terceiro:** As indenizações previstas no “caput” e no parágrafo primeiro desta cláusula, também não são cumulativas com o acréscimo ao aviso prévio previsto na Lei 12.506/2011, prevalecendo o que for mais favorável ao empregado;

**Parágrafo Quarto:** Dado o caráter eminentemente indenizatório desta indenização especial agregada ao aviso prévio, à mesma não servirá de base para cálculo de quaisquer ônus ou encargos, inclusive, FGTS, INSS e IRPF.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – AVISO DE DISPENSA**

A dispensa do empregado deverá ser comunicada por escrito, qualquer que seja o motivo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – AVISO PRÉVIO - REDUÇÃO DE JORNADA**

No dia em que for entregue o aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de 2h00 (duas) horas no começo ou no final da jornada de trabalho, ou optar por 07 (sete) dias corridos ao final do prazo do aviso.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – LICENÇA MATERNIDADE**

Em atendimento ao preceito constitucional, as Sociedades de Advogados concederão licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo Primeiro:** A empregada gestante terá garantia de emprego ou salário desde a concepção até 190 (cento e noventa) dias após o parto, exceto nas rescisões por justa causa, ou por pedido de demissão por parte da empregada;

**Parágrafo Segundo:** As Sociedades de Advogados ficam desobrigadas do pagamento do período excedente ao previsto no “caput” no caso de dispensa por mútuo acordo, desde que assistida à empregada pela entidade sindical profissional;

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de dispensa, na hipótese de gravidez, a empregada terá 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do desligamento, para fazer prova de seu estado, sob pena de perda do direito à vantagem prevista no parágrafo primeiro, bem como a perda do direito aos salários vencidos, desde que notificada por escrito no ato da dispensa;

**Parágrafo Quarto:** Ao empregado pai fica assegurado o emprego ou salário a critério da Sociedade de Advogados, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do nascimento do filho, devidamente comprovado através da competente certidão de nascimento;

**Parágrafo Quinto:** Na ocorrência de aborto, gozará a empregada de estabilidade provisória de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do evento;

**Parágrafo Sexto:** De acordo com a Lei 10.421 de 15/04/2002, que estende a mãe adotiva o direito da licença maternidade, fica estabelecido que, em caso de adoção ou guarda judicial, o período de gozo da licença-maternidade passa a ser de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança. A licença maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda a adotante ou guardião.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

Fica assegurado o emprego ou salário ao empregado, em idade de prestação do serviço militar obrigatório, desde o alistamento prévio (em data anterior à data da dispensa) até 60 (sessenta) dias, após o término do compromisso, salvo a hipótese de dispensa por motivo de falta grave, mútuo acordo ou pedido de dispensa.



## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO COM SEQUELAS - READAPTAÇÃO**

Fica garantida aos empregados acidentados no trabalho a permanência na empresa por 24 (vinte e quatro) meses, em função compatível com seu estado físico, sem prejuízo da remuneração antes percebida desde que, após o acidente, apresente de forma cumulativa, redução de capacidade laboral atestada pelo órgão oficial e incapacidade para o exercício da função anteriormente ocupada.

**Parágrafo Primeiro:** A garantia estabelecida no “caput” vigora a contar da data do retorno do empregado afastado ao trabalho e o empregado fica obrigado a participar de processo de readaptação ou reabilitação profissional;

**Parágrafo Segundo:** Fica facultada a Sociedade de Advogados, a possibilidade de converter em pecúnia, a garantia estabelecida no “caput” quando da rescisão do contrato de trabalho sem justo motivo, conversão esta que terá aplicação proporcional, nos casos de retorno com posterior desligamento;

**Parágrafo Terceiro:** O prazo previsto no “caput” inclui os 12 (doze) meses previstos pela Lei 8.213/91.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – ESTABILIDADE - PRÉ - APOSENTADORIA**

Ao empregado que conte 08 (oito anos) na mesma Sociedade de Advogados, e, pelo menos, há 02 (dois) anos para completar o período mínimo aquisitivo de aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja por idade, ficam assegurados os salários até que este período se complete.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA AO EMPREGADO QUE RETORNA DE AFASTAMENTO**

Ao empregado que tenha se afastado pelo INSS por auxílio doença previdenciário, fica assegurado emprego ou salário, pelo prazo igual ao do afastamento, limitado a 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da alta médica, facultando-se a Sociedade de Advogados a indenização do período.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – AUSÊNCIAS LEGAIS**

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, pelos seguintes prazos:

**Parágrafo Primeiro:** 5 (cinco) dias corridos em virtude de falecimento de cônjuge, ascendentes, descendentes, sogro, sogra, padrasto, madrasta ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica;

**Parágrafo Segundo:** 5 (cinco) dias úteis consecutivos em virtude de núpcias;

**Parágrafo Terceiro:** até 7 (sete) dias por ano para acompanhamento de filho menor de doze anos de idade ao médico ou, sem limite de idade, se o tiver necessidades especiais.

**Parágrafo Quarto:** 3 (três) dias úteis no caso de licença paternidade de que se trata o inciso XIX do Art. 7º da CF e parágrafo 1º do item b do Art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Parágrafo Quinto:** 1 (um) dia coincidente com o dia do aniversário do empregado.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – PROVAS ESCOLARES**

Os empregados estudantes menores de 18 anos terão direito a saída antecipada de 1h00 (uma hora), ao final do expediente, em dias de provas finais (semestrais ou anuais) condicionada à prévia comunicação à Sociedade de Advogados e posterior comprovação no prazo de uma semana.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – JORNADA DO DIGITADOR**

Ao empregado que exerça a função exclusiva de digitador, fica assegurada jornada diária de trabalho não excedente a 6h00 (seis horas); entende-se por digitador o profissional que atua exclusivamente com lançamentos de dados.

**Parágrafo Único:** Deverá ser concedido, ao digitador, o intervalo para descanso de que trata NR nº 17 (10 minutos de descanso a cada 50 minutos trabalhados).

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – INÍCIO DE FÉRIAS**

As férias não poderão se iniciar aos sábados, domingos, feriados, dias já compensados ou dias entre feriados (pontes).

**Parágrafo Único:** No caso de férias coletivas em final de ano, não poderão ser incluídos na contagem dos dias de férias, os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – EXTENSÃO DO DIREITO A FÉRIAS**

Os empregados demissionários com menos de um ano de tempo de serviço, na mesma Sociedade de Advogados, farão jus ao recebimento de férias proporcionais à razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

**Parágrafo Único:** O cálculo a que se refere o "caput" desta cláusula será acrescido do 1/3 constitucional (art. 7º da C.F.).

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – UNIFORMES**

Quando exigidos ou necessários, os uniformes ou roupas profissionais serão fornecidos gratuitamente aos empregados.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE**

As Sociedades de Advogados deverão manter em quadro de avisos, cópia do presente instrumento durante todo seu período de vigência, bem como deverão ali colocar toda e qualquer comunicação do Sindicato dos Empregados.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão a Contribuição Assistencial de cada empregado, sindicalizado ou não, no importe de 1% (um inteiro por cento) ao mês, do salário nominal, com recolhimento até o dia 10 do mês subsequente ao desconto, através de guia apropriada, fornecida pelo sindicato profissional. A oposição ao desconto ocorreu pelo empregado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data da assembleia geral extraordinária, conforme deliberado na mesma, a qual foi feita por escrito, individualmente e entregue pessoalmente nos endereços da entidade ou via correio.

**Parágrafo Primeiro:** Aos vinte dias após o recolhimento, as empresas remeterão ao sindicato a cópia da guia de recolhimento juntamente com a relação de empregados que deram motivação aos descontos, discriminando o nome, a função, nº da CTPS, data de nascimento, data de admissão e salário do empregado.

**Parágrafo Segundo:** O não recolhimento nos prazos acarretará a cobrança de multa de 10% (dez por cento) do montante, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios em caso de cobrança judicial.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Por conta da entidade Patronal.

## **CLAUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DIFERENÇAS RETROATIVAS À DATA-BASE**

As diferenças salariais e demais benefícios de natureza econômica oriundos da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão ser feitas obrigatoriamente no mês subsequente da assinatura do presente instrumento.

São José dos Campos, 20 de maio de 2021.

Marcelo Ribeiro da Silva  
Diretor Presidente